

PESQUISA EXCLUSIVA

Mais proteção no ambiente digital: pesquisa revela que 72% da população brasileira concorda com regulação do uso de redes sociais por menores de 16 anos.

Market Analysis e Family Talks

Pesquisa realizada em 2026 pela consultoria Market Analysis em parceria com a ONG Family Talks revela que a maioria dos brasileiros apoia a adoção de medidas para restringir o acesso de crianças e adolescentes às redes sociais. Iniciativas desse tipo foram adotadas recentemente em países como a Austrália e vêm sendo debatidas em outras partes do mundo.

Com a participação de mais de mil respondentes oriundos de todas as regiões do país e pertencentes a todas as classes econômicas, o estudo mostrou que 72% dos entrevistados apoiam a implementação de uma legislação semelhante à australiana no Brasil. Recentemente, foi protocolado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 1827/2026, que propõe restrições ao acesso de menores de 16 anos às redes sociais.

O apoio à regulação é amplo e transversal, aparece de forma consistente entre homens e mulheres, pessoas com e sem filhos e diferentes perfis de uso digital. A medida é percebida como socialmente legítima, e não como uma pauta restrita a grupos específicos.

Percepção de danos às crianças e adolescentes

O apoio à regulação está fortemente associado à avaliação dos impactos das redes sociais sobre crianças e adolescentes: para 58,8% dos entrevistados, as redes sociais prejudicam mais do que beneficiam os jovens. Entre esse grupo, o apoio à regulação é significativamente maior, o que indica que a defesa das medidas se baseia em preocupações concretas com a saúde mental, o bem-estar e o desenvolvimento.

A experiência cotidiana nas plataformas e avaliações críticas sobre o cuidado da sociedade com os jovens reforçam essa percepção.

"A população brasileira reconhece que, para além do uso excessivo, o próprio design das redes sociais prejudica crianças e adolescentes. As famílias reconhecem uma certa impotência diante do problema, uma assimetria de forças, e não sabem o que fazer a respeito. Na falta de soluções melhores apresentadas pelas empresas, pela sociedade e pelo Estado, as famílias apoiam maciçamente a proibição para essa faixa etária — um caminho que talvez precise ser testado no Brasil", avalia Rodolfo Canônico, diretor-executivo do Family Talks.

Responsabilidade familiar, limites individuais e a busca por proteção institucional

61,2% dos entrevistados atribuem majoritariamente aos pais a responsabilidade por minimizar os prejuízos das redes sociais na vida de crianças e adolescentes. Isso significa que os entrevistados reconhecem o papel central das famílias no cuidado, mas, ao mesmo tempo, percebem-se limitados frente à lógica das plataformas, mantendo o alto apoio à regulação estatal.

Essa percepção está ligada a um perfil marcado por alta consciência, frustração e dificuldade de mudança de hábitos, reforçando a demanda por soluções institucionais para um problema que ultrapassa o controle pessoal e familiar.

"Há uma aparente contradição nos dados. De um lado, existe o consenso de que a responsabilidade por manter crianças e adolescentes seguros na internet é principalmente dos pais, como se fosse um direito e uma obrigação exclusiva da família manter o domínio sobre essa situação, evitando qualquer intervenção externa. De outro, reconhece-se que as famílias têm poucos recursos para lidar sozinhas com um problema dessa dimensão", explica Fabián Echegaray, diretor da Market Analysis.

Para Echegaray, os resultados também revelam a eficácia da postura das Big Techs em tornar invisível o seu papel no problema. "As plataformas têm conseguido escapar dessa atribuição, o que mostra o tamanho do desafio de colocá-las como principais responsáveis e, a partir disso, mudar o jogo. Ainda assim, ao apoiarem a regulamentação, as famílias deixam claro que não compram a ideia de que a medida representaria um ataque à liberdade de expressão."

Estresse digital e frustração com o uso da tecnologia

A vivência cotidiana de desgaste digital funciona como um fator de intensificação da demanda por soluções estruturais. Mesmo entre pessoas com baixo estresse digital, a concordância com a regulação é expressiva, em torno de 71%. Entre aquelas com maior sobrecarga, cresce a proporção dos que afirmam "concordar muito" com a medida.

As tentativas de "detox digital" reforçam esse padrão: muitos entrevistados afirmam ter tentado reduzir o uso das redes nos últimos 12 meses, mas não conseguiram sustentar a mudança, apresentando níveis mais altos de estresse e maior apoio à intervenção pública.

O Brasil no contexto internacional

O padrão geral indica um consenso crescente de que as redes sociais apresentam riscos relevantes para crianças e adolescentes, em sintonia com tendências internacionais.

Na Austrália, cerca de 70% dos adultos apoiam a proibição do uso por menores de 16 anos. Em âmbito global, pesquisa da Ipsos realizada em 2025 em 30 países mostra que, em média, 71% defendem restrições para crianças abaixo de 14 anos.

Na Europa, países como França, Espanha e Portugal vêm debatendo ou implementando medidas semelhantes, enquanto, nos Estados Unidos, o debate combina exigências de consentimento parental com preocupações crescentes sobre saúde mental e segurança on-line.

Ficha técnica

Pesquisa realizada por meio de entrevistas on-line com 1.011 respondentes das cinco regiões do país. Homens e mulheres com idade acima de 18 anos, pertencentes a todas as classes socioeconômicas.

As entrevistas aconteceram entre os dias 1.º de janeiro e 16 de janeiro de 2026. Cotas cruzadas de região, idade, sexo e classe social foram estabelecidas para garantir a representatividade de todos os grupos demográficos na amostra.

Equipe técnica:

Fabián Echegaray, diretor da Market Analysis

Teresa De Bastiani, analista da Market Analysis

Rodolfo Canônico, diretor-executivo do Family Talks

Contato para comunicação:

Maria Clara Vieira Rousseau, diretora de comunicação do Family Talks

(21) 97938-4563

mariaclara@familytalks.org